

Parecer nº 64/97

Data: 1997.07.03

Processo nº 172

Reclamante: Nuno Filipe de Sousa Santos Pinheiro Coelho

Entidade Reclamada: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

I - Pedido

1. Nuno Filipe de Sousa Santos Pinheiro Coelho, tendo visto indeferido o seu pedido de transferência da Universidade Lusíada para a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, solicitou ao Presidente do Conselho Científico desta Faculdade que o informasse, por escrito, do seguinte:

"a) Quais as notas das disciplinas completadas no 1º e 2º ano do curso de Direito dos alunos que requereram a transferência para essa faculdade e foram nela colocados, bem como as suas notas nas disciplinas de Filosofia, Português e História no 11º ano.

b) Quantas vagas foram concedidas ao abrigo dos regimes especiais de acesso, previstos no artigo 45º do D.L. 28-B/96 de 4 de Abril, e regulamentados pelo artigo 2º da Portaria nº 317-B/96."
2. Em resposta a essa sua solicitação, foi notificado para se dirigir à secretaria da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa a fim de *"tomar conhecimento do despacho ao seu requerimento "*

3. Em face desta notificação, Nuno Filipe de Sousa Santos Pinheiro Coelho solicitou ao Presidente do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa a notificação, por via postal, do despacho que recaiu sobre o seu requerimento, tendo aproveitado para informar que não iria deslocar-se à secretaria dessa escola, por considerar que *"ao abrigo do disposto no artigo 66º do CPA, deveria tal despacho ser notificado para a morada do requerente"*.
4. Como não obteve mais qualquer resposta da Faculdade de Direito, Nuno Filipe de Sousa Santos Pinheiro Coelho, veio, ao abrigo do nº4 do artigo 15º da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto, reclamar para esta Comissão.

II - Parecer

1. A presente reclamação prende-se com duas questões: a de saber se Nuno Filipe de Sousa Santos Pinheiro Coelho tinha o direito de obter, por escrito, as informações que solicitou do Presidente do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e a de saber se o ora reclamante tinha o direito de exigir que lhe fosse notificado, por via postal, o despacho que recaiu sobre o seu requerimento.
2. Trata-se claramente de questões das quais esta Comissão não cura, visto que a CADA só se ocupa de questões referentes ao acesso a documentos administrativos.
3. Assim, não estando em causa questões de acesso a documentos administrativos, a CADA não pode pronunciar-se acerca da presente reclamação.
4. Diferente seria necessariamente a posição da CADA, se o ora reclamante tivesse visto negado o seu direito de acesso - por consulta gratuita, por reprodução por fotocópia ou por passagem de certidão - a documentos administrativos detidos pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

III - Conclusões

Em jeito de síntese, pode tirar-se as seguintes conclusões:

- 1ª Através da presente reclamação, Nuno Filipe de Sousa Santos Pinheiro Coelho pretende fazer valer o seu direito a obter, por escrito, determinadas informações que solicitou ao Presidente do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, bem como o seu direito a ser notificado, por via postal, do despacho que recaiu sobre o requerimento em que solicitou essas informações.
- 2ª A presente reclamação não se prende, pois, com questões de acesso a documentos administrativos;
- 3ª Por essa razão, a CADA não tem competência para apreciar a reclamação apresentada por Nuno Filipe de Sousa Santos Pinheiro Coelho.

Nestes termos, a CADA delibera não se pronunciar acerca da reclamação apresentada por Nuno Filipe de Sousa Santos Pinheiro Coelho.

Lisboa, 3 de Julho de 1997

Mário Rui Marques de Carvalho (Relator) – *João Figueiredo* – *Hélio Corvelo de Freitas* – *José Renato Gonçalves* – *Branca do Amaral* – (Tem votos de conformidade dos vogais Dr. Fernando Condesso e Dr. João Labescat que não assinam por já não se encontrarem presentes) – *Armindo José Girão Cardoso* (Presidente)